



Birigui, 23 de julho de 2025.

OFÍCIO SMS/DB/VI Nº 013/2025

À Sra.

**Andréia Cristina
Pregoeira Oficial**

ASSUNTO: Relatório de Análise da Documentação Complementar – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2025 – EDITAL Nº 97/2025.

Prezada Senhora,

Após análise da documentação complementar anexada pela empresa CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.291.846/0001-04, na plataforma BLL, verificamos a ausência de determinados documentos que geraram dúvidas quanto à sua obrigatoriedade e apresentação, em especial no que se refere à Licença de Operação emitida por órgão ambiental estadual para a empresa INCA - INCINERAÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL LTDA (CNPJ: 07.271.139/0002/08).

Diante disso, foi realizada diligência junto à empresa CONSTROESTE por meio de e-mail, a qual respondeu prontamente esclarecendo que:

"Relativamente à Licença de Operação referente à incineração, esclarecemos que é de competência do Município de Uberaba/MG a emissão desse licenciamento, conforme Termo de Convênio firmado com o Estado de Minas Gerais, também em anexo."

Em atendimento à diligência, foram encaminhados os seguintes documentos:

- Cópia do Termo de Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD) e o Município de Uberaba/MG, delegando a este a competência para emissão da licença ambiental;
- Cópia do Alvará Sanitário emitido pelo Município de Uberaba/MG à empresa INCA, em 29 de maio de 2025, com validade de 1 (um) ano.

Com base nas informações prestadas pela empresa e na documentação apresentada, entende-se, sob o ponto de vista técnico e documental, que as exigências constantes do Edital foram atendidas.

Dessa forma, conclui-se que:

- A documentação apresentada em resposta à diligência encontra-se em conformidade com as exigências previstas no Edital;
- Da mesma forma, os documentos anexados na plataforma BLL também estão de acordo com os requisitos estabelecidos no Edital.

Informa-se, ainda, que seguem em anexo a este ofício cópias de todos os documentos apresentados em resposta à diligência realizada.

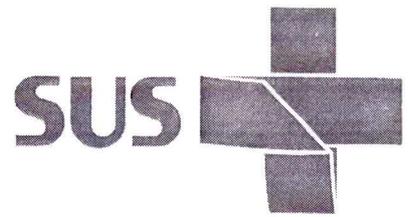
Atenciosamente,

Viviane Noale de Lima leiri
Autoridade Sanitária
Credencial 025

Renato Vaz Evangelista
Autoridade Sanitária
Credencial 014

Ana Carolina Caravieri Modesto
Diretora de Biossegurança

Secretaria de
Saúde



Nº 0251/2025

A Secretaria de Saúde de Uberaba, Estado de Minas Gerais, de acordo com a legislação vigente, e tendo em vista a regularidade do Processo nº 01/919/2025

em que é interessado INCA - INCINERAÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL LTDA - CNPJ: 07.271.139/0002/08.

Resolve conceder-lhe **ALVARÁ SANITÁRIO**

Para o corrente exercício, que o habilita a manter:

VIDE VERSO.

Em Uberaba na (Rua/Av.) AV. FILOMENA CARTAFINA, Nº 23.651 - BAIRRO: RECREIO DOS BANDEIRANTES.

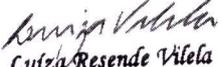
Sob a RESPONSABILIDADE TÉCNICA de JOSENALDO TAVARES - CREA/SP: 0601758350.

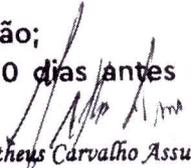
Uberaba/MG, 29 de MAIO de 2025.

OBSERVAÇÕES:

Este documento deverá ser afixado no estabelecimento, em local visível ao público;
O presente documento poderá ser cassado, a qualquer momento, por irregularidades no estabelecimento;

Alvará Sanitário válido por um ano, a partir da data de emissão;
A renovação do referido Alvará deverá ser requerida 120 dias antes do término da validade do mesmo.


Lúzia Resende Vilela
Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária
Decreto n.º 0246/2025

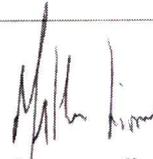

Matheus Carvalho Assumpção de Lima
Diretor da Diretoria de Vigilância em Saúde
Decreto n.º 0046/2025

ALVARÁ SANITÁRIO N° 0251/2025

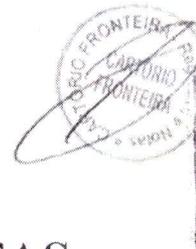
ATIVIDADE(S) LICENCIADA(S):	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
38.22-0-00	Tratamento e disposição de resíduos perigosos
38.11-4-00	Coleta de resíduos não-perigosos
38.12-2-00	Coleta de resíduos perigosos
38.21-1-00	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos


Luiza Resende Vilela

Luiza Resende Vilela
Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária
Decreto n° 0246/2025



Matheus Carvalho Assumpção de Lima
Diretor da Diretoria de Vigilância em Saúde
Decreto n° 0046/2025



SERVIÇO DO REGISTRO CIVIL E DE NOTAS

DISTRITO, MUNICÍPIO DE FRONTEIRA, COMARCA DE FRUTAL-MG

Praça Ricardo José de Almeida, nº 30 - Vila Chica - FONE (34) 3428-2864

DANIEL AUGUSTO SABEC VIANA

Oficial

PROCURAÇÃO bastante que faz **CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPAÇÕES LTDA**, na forma abaixo declarada:

SAIBAM os que este público instrumento de Procuração bastante virem que aos 26 (vinte e seis) de junho de 2024 (dois mil e vinte e quatro) nesta cidade de Fronteira, comarca de Frutal, do Estado de Minas Gerais, em Cartório, situado na Praça Ricardo José de Almeida, nº 30, com endereço eletrônico: cartoriofronteira@gmail.com, perante mim, Oficial/Escrevente, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber; de um lado, como **Outorgante: CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 06.291.846/0001-04 e suas filiais, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1.647, sobre loja, salas 10-11-12, Campos Elíseos, na cidade de São Paulo Capital, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.219.079.390 e Alteração Contratual nº 35 registrada sob nº 56.649/24-1 em sessão de 20 de abril de 2024; conforme consta na certidão simplificada expedida eletronicamente pela JUCESP; nesta data, que fica arquivada, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente e **administrador: JOSÉ ANTONIO DO CARMO FARIA**, portador do RG nº 7.436.963-5-SSP/SP e CPF nº 161.378.258-68, brasileiro, casado, com endereço residencial na Rua Vitorino Carmilo, nº 830, bloco 34 A, Barra Funda, São Paulo - Capital; aqui de passagem; nos termos das cláusulas do Contrato Social; o(a/s) presente(s) reconhecido(a/s) como(a/s) próprio(a/s) por mim Oficial, do que **dou fé**. E, perante mim, pelo(a/s) mesmo(a/s) outorgante(s) me foi dito que por este público instrumento e nos termos de direito, nomeia e constitui como seu(s) **procurador(a/s) o(a/s) Sr(a/s). CAMILA DO CARMO FARIA DE BARROS RUIZ**, brasileira, casada, engenheira civil, portadora do RG nº 47.780.936-4-SSP-SP e inscrita no CPF/MF sob nº 401.429.668-78, residente e domiciliada à Rua Professor Carlos Roberto de Oliveira, nº 230, Jardim Vivendas, na cidade de São José do Rio Preto (SP), **CAROLINA DO CARMO FARIA DE BARROS BERTOLINI**, brasileira, casada, engenheira civil, portadora do RG nº 47.780.952-2-SSP-SP e inscrita no CPF/MF sob nº 401.429.648-24, residente e domiciliada à Rua Professor Carlos Roberto de Oliveira, nº 230, Jardim Vivendas, na cidade de São José do Rio Preto (SP), **SILAS SIQUEIRA DAS NEVES**, portador da cédula de identidade RG nº 22.873.493-9-SSP-SP e inscrito no CPF sob o nº 129.417.768-00, brasileiro, casado, Diretor Administrativo, residente e domiciliado na Rua Professora Maria Inês Dias, nº 3/1, lote 23, quadra 17, Residencial Buena Vita, CEP. 15104-000, na cidade de São José do Rio Preto (SP) e **DENNER FERNANDES BEATO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CREA-SP, sob nº 0685065468, portador do RG nº 16.100.615-2-SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 109.450.338-00, com endereço residencial na Rua dos Furquins e dos Barbosas, 284 Casa O Lote 09, Residencial Jardins Damha II, CEP. 15.061-743, na cidade de São José do Rio Preto (SP); **AOS QUAIS CONFERE OS PODERES PARA, ISOLADAMENTE**, representar a Outorgante em todas as modalidades de licitações públicas e privadas, podendo praticar todos os atos necessários à participação da Outorgante, inclusive nomear representantes legais para participarem de licitações públicas (credenciamento), firmar declarações, assinar orçamentos, cronogramas de obras, propostas de preços, atas e demais documentos; apresentar impugnações, interpor recursos e/ou renunciar expressamente às suas interposições nas fases de habilitação e classificação em licitações; desistir da proposta de preços apresentada em licitações; assinar contratos resultantes de licitações públicas ou privadas e seus aditivos; efetuar, levantar e retirar cauções para concorrências em geral, junto aos órgãos públicos e empresas privadas; representar a Outorgante perante os Tribunais de Contas Estaduais e o Tribunal de Contas da União, podendo obter

vista e cópia de autos de processos administrativos e demais procedimentos que envolvam ou se relacionem à Outorgante, apresentando requerimentos, memoriais, impugnações, defesas, contestações, recursos e outras manifestações em defesa dos interesses da Outorgante; participar de todas as sessões do certame, transigir, efetuar vistorias, praticar, enfim, todos os atos no interesse e comuns às atividades da empresa Outorgante e necessários ao bom desempenho deste mandato, permitidos pela legislação em vigor; representar a Outorgante perante as repartições públicas em geral, inclusive perante o Ministério do Trabalho, Delegacias e Subdelegacias do Trabalho e suas repartições, Secretarias de Relações do Trabalho, Delegacia da Receita Federal, Secretaria da Receita Federal e Secretaria da Fazenda do Estado e suas repartições, Delegacias de Polícia Civil e Federal, Secretaria da Segurança Pública e suas repartições, Polícia Militar e Polícia Ambiental suas repartições, DETRAN, perante a Justiça Comum Estadual, Juizados Especiais Cíveis Criminais Estaduais e Federais, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, em todas as suas instâncias e graus, Tribunais de Justiça, Regionais e Superiores; representar a Outorgante em audiências, prestar depoimentos, firmar declarações, realizar acordos, transigir, acordar, receber, efetuar levantamentos de depósitos judiciais; representar ainda a Outorgante perante os órgãos ambientais no âmbito municipal, estadual e federal, inclusive junto à CETESB, DNPM, DACC, CBRN, IBAMA e Vigilância Sanitária, e poderes de representação junto ao INSS, FUNRURAL, Conselhos Federais e Regionais dos Órgãos de Classe; Sindicatos, Federações, Confederações de classe, entidades Previdenciárias, Associações e demais entidades sociais, além de poderes para requerer certidões, juntar e desentranhar documentos, pagar impostos, taxas e emolumentos, admitir, advertir e demitir empregados; solicitar extratos e saldos de contas bancárias e de FGTS, pagar e levantar saldo de FGTS; Enfim, praticar todos os atos no interesse e comuns às atividades da empresa Outorgante e necessários ao bom desempenho deste mandato, permitidos pela legislação em vigor; **Os poderes ora outorgados poderão ser substabelecidos;** O presente instrumento de Mandato terá **prazo certo e determinado de 02 (dois anos) de vigência**, a contar da presente data, operando-se a sua extinção pelo término do prazo; O presente instrumento de Mandato **será revogado em caso de desligamento ou rescisão do contrato de trabalho do Outorgado junto à empresa Outorgante;** Assim o disseram do que dou fé; e me pediram este instrumento, que lhes li, em voz alta, acharam-no conforme, outorgaram, aceitam e assinam; dispensando a presença das testemunhas instrumentárias com base na Lei Federal n.º 6.952 de 06 de novembro de 1.981. Cotação dos emolumentos, conforme selo de fiscalização da Portaria Conjunta n.º 9/2012/TJMG/CGJ. Eu, Daniel Augusto Sabec Viana, Oficial, a escrevi, dou fé, subscrevo e assino em público e raso. Em testº (sinal público) da verdade. (a) Daniel Augusto Sabec Viana. (aa) **JOSÉ ANTONIO DO CARMO FARIA**. Nada mais. Trasladada em seguida do próprio original. Eu, Daniel Augusto Sabec Viana, Oficial, a fiz digitar, conferi, achei conforme, dou fé, subscrevo e assino em público e raso.

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Registro civil com atribuição notarial de Fronteira/MG

SELO DE CONSULTA: HPD79157
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 9625.4152.5161.2785

Quantidade de atos praticados: (1:14597:8101)
Ato(s) praticado(s) por: DANIEL AUGUSTO SABEC VIANA - Oficial
titular

Emol.: R\$ 170,18 - TFJ: R\$ 53,47 -
Valor final: R\$ 231,68 - ISS: R\$ 8,03

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



Em testº da verdade

Daniel Augusto Sabec Viana - Oficial

NOTÁRIO FRONTIÇA - Reg. Civil e Notas

CNPJ: 31.100.929/0001-15

Praça Ricardo José de Almeida, nº 30

230-000 - Fronteira - MG - Tel: (34) 3428-2864

Daniel Augusto Sabec Viana
Oficial



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Triângulo Mineiro e Alto
Paranáíba – SUPRAM/TMAP

OF/SUPRAM – TMAP Nº 1036/2016

Uberlândia, 19 de Maio de 2016.

Ref.: Documento R0140391/2016.

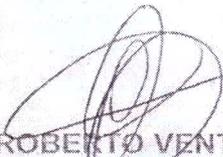
Assunto: Carta de anuência para recebimento de resíduos - INCA AMBIENTAL LTDA, CNPJ:
07.271.139/0002-08.

Prezado,

Informamos à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, que o licenciamento ambiental do Incinerador de Resíduos Industriais Perigosos - Classe I, da empresa INCA – Incineração e Controle Ambiental, inscrita no CNPJ nº 07.271.139/0002-08, é de competência do município de Uberaba/MG, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM.

A SUPRAM TMAP delegou inteiramente o processo de licenciamento ambiental do empreendimento supracitado acima ao município de Uberaba/MG, conforme Convênio de Administração e Técnica firmado junto ao Estado de Minas Gerais.

Atenciosamente,


JOSÉ ROBERTO VENTURI
MASP: 1.198.078-6
Diretor de Apoio Técnico – SUPRAM TMAP

José Roberto Venturi
Diretor Técnico
MASP: 1.198.078-6
Diretor de Apoio Técnico





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SUBSECRETARIA DE GESTÃO E REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA - SGRAI

OF. SGRAI. SEMAD. SISEMA. n. 60/16

Belo Horizonte, 15 de março de 2016.

Ref.: Decreto nº 46.937, de 21 de janeiro de 2016, Artigo 8º, Parágrafo Único.

Exmo. Sr. Prefeito,

Tendo em vista a publicação do Decreto nº 46.937, de 21 de janeiro de 2016, o qual em seu Artigo 8º, Parágrafo Único, dispõe que a SEMAD poderá convocar os municípios delegatários a adequar os convênios aos termos do Decreto, servimos do presente para convidar a Prefeitura Municipal de Uberaba a celebrar novo convênio de Cooperação Administrativa e Técnica para fins de licenciamento e fiscalização ambiental nos termos do Decreto acima citado.

Esclarecemos que o Convênio celebrado com a Prefeitura Municipal de Uberaba, publicado em 07/06/2012, conforme Cláusula Décima, tem vigência de 48 meses a partir da data de publicação e poderá ser prorrogado por igual período, na falta de manifestação dos partícipes, portanto com validade até 07/06/2016. Portanto, o convênio celebrado em 07/06/2012 ainda estará vigente, não havendo prejuízo para os atos administrativos do delegatário relacionados ao seu objeto, emitidos durante o prazo dos trâmites para a publicação de novo acordo.

A documentação a que se refere o Artigo 4º do Decreto 46.937/2016, relativa à estrutura de gestão municipal, já havia sido comprovada e analisada na ocasião da celebração do convênio publicado em 07/06/2012. Solicitamos que o município envie ofício à SEMAD manifestando concordância à essa convocação e informando se houve alteração na estrutura da gestão ambiental municipal. Caso não tenha havido alterações na citada estrutura não há necessidade de reenvio da documentação referente a estas exigências. A cópia da documentação do Prefeito, Carteira de Identidade, CPF e ato de posse deverão ser enviados à SEMAD, junto a manifestação da Prefeitura para que possamos elaborar o termo de convênio.

Sem mais para o momento, permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Geraldo Vitor de Abreu

Subsecretário de Gestão e Regularização Ambiental Integrada

Exmo. Senhor
Paulo Piau Nogueira
Prefeito do Município de Uberaba
Av. Dom Luiz Maria Santana, nº 141
38061.080 - Uberaba/MG

Relação de Correspondências 17/03/2016

		Registro				
UNIDADE/ORGÃO	Pessoa	Destinatário	cidade/estado	Ofício	cep	Registro
SGRAI/SEMAD	Shymene Silva Queiroz	Praça Getúlio Vargas, 68 - Centro	Carlos Chagas/MG	OF.SGRAI.SEMAD.SIS EMA.N. 64/16	39864-000	JO 32552178 2 BR
SGRAI/SEMAD	Daniella Nacif de Sousa	Praca Tiradentes, 155- Centro	Contagem/MG	OF.SGRAI.SEMAD.SIS EMA.N. 63/16	32.041-770	JO 32552162 9 BR
SGRAI/SEMAD	Marcelo A. de V. Thomaz	Rua Presidente Arthur Bernardes, 123- Centro	Muriae/MG	OF.SGRAI.SEMAD.SIS EMA.N. 59/16	36880-000	JO 32552177 9 BR
SGRAI/SEMAD	Antônio Brandão	Rua Dr. Victor de Freitas, 28- Centro	Brumadinho/MG	OF.SGRAI.SEMAD.SIS EMA.N. 61/16	35460-000	JO 32552173 4 BR
SGRAI/SEMAD	Paulo Piau Nogueira	Av. Dom Luis Maria Santana, N° 141	Uberaba/MG	OF.SGRAI.SEMAD.SIS EMA.N. 60/16	38061-080	JO 32552169 4 BR
SGRAI/SEMAD	Bruno Siqueira	Av. Brasil, 2001 - Centro	Juiz de Fora/MG	OF.SGRAI.SEMAD.SIS EMA.N. 62/16	36.060-010	JO 32552165 0 BR

SIGED

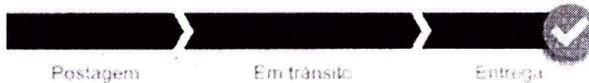


00000591 1371 2016

Anote abaixo o número do SIPRO

JO325521694BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
 22/03/2016 17:46 Uberaba / MG

22/03/2016 17:46 Uberaba / MG	Objeto entregue ao destinatário
22/03/2016 11:44 Uberaba / MG	Objeto saiu para entrega ao destinatário
18/03/2016, 11:02 Belo Horizonte / MG	Objeto postado



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Superintendência Regional de Meio Ambiente

Ofício SEMAD/SUPRAM TRIANGULO nº. 6/2022

Belo Horizonte, 31 de maio de 2022.

Assunto: **competência para emissão de anuência de importação de resíduo**

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1370.01.0009772/2020-75].

Ao responsável,

Sirvo-me do presente para informar que após reunião realizada na data de hoje, 31/05/2022, em conjunto com a Suram - Subsecretaria de Regularização Ambiental, Suara - Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental, Dagem - Diretoria de Apoio à Gestão Municipal, Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Uberaba e Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios Paranaíba e Baixo Rio Grande, a Semad, por meio da Suram, informou que irá rever o entendimento exarado no ofício SEMAD/DAGEM n. 09/2006 (Doc SEI n. 4594242 - SEI n. 1370.01.0020148/2022-53), tornando-o sem efeito. Portanto, será mantida a competência do ente licenciador para promover a análise e concessão de anuência para importação de resíduo.

Portanto, informo que promoveremos o arquivamento do requerimento em apreço, devendo a empresa solicitar a referida anuência junto ao Município de Uberaba, devendo ainda atender todos os requisitos dispostos da DN COPAM 223/2018.

Sendo só o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Kamila Borges Alves

Supram TM



Documento assinado eletronicamente por **Kamila Borges Alves, Superintendente**, em 31/05/2022, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **47435556** e o código CRC **541EB165**.

Referência: Processo nº 1370.01.0024857/2022-77

SEI nº 47435556

Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-900

**ESTADO DE MINAS GERAIS****SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL****Diretoria de Apoio à Gestão Municipal**

Convênio Nº

Processo nº 1370.01.0009709/2019-33

Unidade Gestora: [SEMAD/IEF]

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMAD, O INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS – IEF E O MUNICÍPIO DE UBERABA/MG.

Pelo presente instrumento, de um lado, o **ESTADO DE MINAS GERAIS**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, doravante denominada **SEMAD**, com sede na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.143, Edifício Minas, 2º andar, lado par, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte, MG, CEP 31.630-900, neste ato representada por seu titular, Germano Luiz Gomes Vieira, o **INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS**, doravante denominado **IEF**, sediado à Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.143, Edifício Minas, 1º andar, lado par, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte, MG, CEP 31.630-900, neste ato representado por seu Diretor Geral, Antônio Augusto Melo Malard, e, de outro lado, e, o **MUNICÍPIO DE UBERABA/MG**, sediado à Avenida Dom Luiz Maria Santana, nº 141, CNPJ nº. 18.428.839/0001-90, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo, Sr. Paulo Piau Nogueira, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO para a delegação das ações de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores, bem como para a delegação das ações relacionadas intervenções ambientais passíveis de autorização pelo órgão ambiental Estadual, na forma das cláusulas e condições seguintes, regido, ainda, pela Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2011; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997; Decreto Estadual nº 47.042, de 06 de setembro de 2016; Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016; Decreto Estadual nº 46.937, de 21 de janeiro de 2016; Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017; Deliberação Normativa COPAM nº 213, de 22 de fevereiro de 2017; Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; Decreto Federal nº 6.660 de 21 de novembro de 2008; Lei Estadual nº 20.922 de 16 de outubro 2013; Decreto Estadual nº. 47.344, de 23 de janeiro de 2018; Lei Estadual nº 14.184, de 2002; e demais atos normativos que versam sobre a matéria.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Este convênio tem por objeto estabelecer a cooperação técnica e administrativa entre as partes, visando especialmente à delegação ao MUNICÍPIO das ações administrativas referentes a intervenções ambientais passíveis de autorização pelo órgão ambiental estadual e ao licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores nos limites territoriais do MUNICÍPIO.

2. CLAUSULA SEGUNDA – DAS ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS SUJEITOS AO AUTORIZAÇÃO E LICENCIAMENTO MUNICIPAIS

2.1. Compete ao MUNICÍPIO, nos termos da legislação aplicável e das cláusulas deste convênio, o licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, cujos impactos não ultrapassem o limite territorial do MUNICÍPIO, inclusive as atividades e empreendimentos para os quais a legislação específica preveja a necessidade de licenciamento por órgão estadual, na hipótese de não ser vedada a delegação de competência;

2.1.1. Que estejam enquadrados como classes 1 a 6, de acordo com o Anexo Único da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 2017, ressalvadas as atividades e empreendimentos de competência originária definidas na Deliberação Normativa COPAM nº 213, de 2017 como de atribuição originária dos municípios;

2.2. Compete ao MUNICÍPIO, nos termos da legislação aplicável e das cláusulas deste convênio analisar e autorizar:

a) as intervenções ambientais passíveis de autorização pelo órgão ambiental Estadual, em imóveis rurais, desvinculados do licenciamento municipal, observadas as atribuições previstas no inciso XV do art. 7º, e nas alíneas “a” e “c” do inciso XVI do art. 8º da Lei Complementar nº 140/2011, inclusive as intervenções ambientais que não impliquem em supressão de vegetação nativa; e

b) as intervenções ambientais passíveis de autorização pelo órgão ambiental estadual, que impliquem na supressão e exploração da vegetação nativa, não previstas na Lei Complementar nº 140/2011, e previstas na Lei do Bioma Mata Atlântica (Lei Federal 11.428/2006), bem como de espécimes arbóreos objeto de proteção especial, a exemplo do pequizeiro (Lei Estadual nº 10.883/1992) e do ipê-amarelo (Lei Estadual nº 9.743/1988), e de qualquer outra para as quais a legislação específica preveja a necessidade de autorização por órgão estadual, vinculadas ou não ao licenciamento municipal, na hipótese de não ser vedada a delegação de competência, na forma das cláusulas e condições seguintes.

2.2.1. Compete originariamente ao MUNICÍPIO, independente da delegação do item 2.2 deste convênio, aprovar:

a) a supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações sucessoras em florestas públicas municipais e unidades de conservação instituídas pelo MUNICÍPIO, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs), de acordo com o previsto no art. 9º, inciso XV, da Lei Complementar Federal nº 140/2011;

b) a supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações sucessoras em empreendimentos licenciados ou autorizados, ambientalmente, pelo MUNICÍPIO, inclusive as requeridas em momento posterior ao licenciamento, de acordo com o previsto no art. 9º, inciso XV, da Lei Complementar Federal nº 140/2011, e na Deliberação Normativa COPAM nº 213/2017;

c) a supressão de vegetação prevista no art. 14, § 2º, da Lei Federal 11.428/2006, observados os requisitos trazidos pelo dispositivo (anuência do Estado), *verbis*:

“Art. 14. (...) § 2º A supressão de vegetação no estágio médio de regeneração situada em área urbana dependerá de autorização do órgão ambiental municipal competente, desde que o município possua conselho de meio ambiente, com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente fundamentada em parecer técnico.”; e

d) as intervenções ambientais que impliquem ou não em supressão de vegetação nativa, localizados em área urbana;

2.3. As modificações e/ou ampliações das atividades e empreendimentos já licenciados pelo MUNICÍPIO serão enquadradas de acordo com os respectivos critérios de porte e potencial poluidor, em conformidade com o Anexo Único da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 2017;

2.3.1. Nos casos em que as modificações e/ou ampliações enquadrarem a atividade ou empreendimento fora das condições a que se refere o item 2.1, o licenciamento da atividade e a autorização para intervenção ambiental vinculada ao licenciamento serão remetidos ao órgão competente, independentemente da delegação estabelecida neste convênio;

2.3.2. Nos casos em que o licenciamento da atividade ou empreendimento não atender as condições a que se refere o item 2.1, a autorização para intervenção ambiental vinculada ao licenciamento caberá ao órgão competente pelo licenciamento, independentemente da delegação estabelecida neste convênio;

2.3.3. O município poderá criar regras ambientais específicas, desde que mais benéficas ao meio ambiente, como a inclusão de códigos, respeitando sempre as competências Estadual e Federal dispostas em lei; e

2.4. Não serão objeto de delegação as atividades e os empreendimentos considerados de interesse público do Estado, conforme disposto em decreto.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS AÇÕES DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

3.1. Compete ao MUNICÍPIO, observada a legislação aplicável, a execução das ações de controle e fiscalização sobre atividades ou empreendimentos que vier a licenciar ou autorizar intervenção ambiental, incluindo a lavratura do auto de infração ambiental e instauração do processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pela atividade ou empreendimento licenciado, nos termos do artigo 9º, inciso XIII, da Lei Complementar Federal nº 140, de 2011; e

3.2. O disposto no item 3.1 não impede o exercício pelos demais entes federativos da atribuição comum de fiscalização da conformidade de empreendimentos e atividades efetiva ou potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais com a legislação ambiental em vigor, prevalecendo o auto de infração ambiental lavrado por órgão que detenha a atribuição de licenciamento ou autorização, nos termos do artigo 17, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 140, de 2011;

4. CLÁUSULA QUARTA – DA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

4.1. O MUNICÍPIO comprova, anexando os documentos pertinentes ao respectivo processo administrativo, e declara a observância aos requisitos legais e regulamentares necessários para o atendimento do objeto do presente convênio, conforme previsto na Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016 e no Decreto n.º 46.937, de 2016 e no art. 5º da Lei Complementar 140 de 2011, responsabilizando-se por sua legitimidade e veracidade.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Para o cumprimento do objeto deste convênio, compete:

5.1.1. Ao ESTADO DE MINAS GERAIS, por meio da SEMAD e o IEF, de acordo com suas competências:

a) fiscalizar a gestão ambiental delegada aos órgãos e entidades do MUNICÍPIO, durante todo o tempo de vigência do convênio, realizando auditorias sempre que se fizer necessário ou julgar conveniente;

b) capacitar os servidores municipais sobre os aspectos legais e administrativos das ações delegadas a que se refere a cláusula segunda deste convênio, quando necessário e mediante prévio acordo entre as partes; e

c) disponibilizar na plataforma IDE-Sisema os polígonos referentes às áreas autorizadas pelo MUNICÍPIO para supressão de vegetação nativa, em razão da cláusula primeira deste convênio.

5.1.2. Ao MUNICÍPIO:

a) dispor de:

a.1)política municipal de meio ambiente prevista em lei;

a.2) conselho de meio ambiente com representação da sociedade civil organizada paritária à do poder público, eleito autonomamente, em processo coordenado pelo município, com competência consultiva, deliberativa e normativa em relação à proteção e a gestão ambiental;

a.2.1) possuir as mesmas restrições que os conselheiros do COPAM, na forma estabelecida pelos arts. 23 e 24 do Decreto nº 46.953, de 2016 (última parte do inciso II, art. 4º, Decreto nº 46.937, de 2016), *verbis*:

Art. 23 – Ao conselheiro do Copam, no exercício de suas funções, aplicam-se as suspeições e impedimentos previstos no art. 61 da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, neste decreto e no Regimento Interno do Copam.

§ 1º – A conduta do conselheiro do Copam que violar o disposto no Decreto nº 46.644, de 6 de novembro de 2014, o sujeitara às sanções nele previstas.

§ 2º – O exercício das funções de conselheiro do Copam, em quaisquer de suas unidades, é vedado a pessoas que prestem serviços ou participem, direta ou indiretamente, da administração ou da equipe técnica de empresas que tenham como objeto o desenvolvimento de estudos que subsidiem processos de licenciamento ou fiscalização ambiental.

§ 3º – A conduta do conselheiro do Copam que violar vedação, impedimento ou suspeição o sujeitara às seguintes sanções, mediante processo administrativo próprio, assegurada ampla defesa e contraditório:

I – retratação em reunião pública da unidade do Copam em que ocorreu o fato e em reunião do Plenário subsequente a esta;

II – descredenciamento do conselheiro como representante do Copam;

III – descredenciamento do conselheiro como representante do Copam e proibição de ser representante por dois mandatos.

§ 4º – O processo a que se refere o § 3º será conduzido pela Comissão de Ética da Semad, a qual fará relatório final dirigido ao Secretário Executivo do Copam, o qual decidirá pelo arquivamento, o indeferimento ou a aplicação de sanção.

§ 5º – Da decisão a que se refere o § 4º caberá recurso ao Presidente do Copam, no prazo de dez dias.

§ 6º – A decisão do Presidente do Copam, a que se refere o § 5º, é irrecorrível.

§ 7º – Ao conselheiro impedido, é vedado atuar no processo administrativo, o que inclui discutir, deliberar ou manifestar-se em plenário sobre a matéria objeto do impedimento.

§ 8º – Aos membros do Copam e a seus representantes, é vedado apresentar recurso administrativo contra decisão contrária ao seu voto.

Art. 24 – Ao servidor da Semad e de suas entidades vinculadas, é vedada a participação como representante no Copam, salvo por

designação para Presidência ou suplência em uma das unidades.

a.2.2) e, ainda, orientar os membros do conselho de meio ambiente a agirem, sempre, com estrita observância aos deveres de honestidade, legalidade e lealdade às instituições;

a.3) órgão técnico-administrativo, na estrutura do Poder Executivo municipal ou no âmbito de consórcio público intermunicipal, responsável pela análise de pedidos de licenciamento ou autorização, pela fiscalização e pelo controle ambiental, dotado de equipe técnica multidisciplinar composta por profissionais devidamente habilitados e em número compatível com a demanda das ações administrativas a serem delegadas;

a.4) sistema de fiscalização ambiental legalmente estabelecido, que preveja sanções ou multas para os casos de descumprimento de obrigações de natureza ambiental;

a.5) sistema de licenciamento ambiental caracterizado por:

a.5.1) análise técnica, no que couber, pelo órgão a que se refere o item a.3;

a.5.2) deliberação, no que couber, pelo órgão colegiado a que se refere o item a.2;

b) proceder ao licenciamento, autorização, controle e fiscalização ambiental das atividades e empreendimentos objeto deste convênio, observando a legislação em vigor;

c) avaliar no âmbito da análise a extensão territorial dos impactos ambientais das atividades e empreendimentos objetos deste convênio e, no caso de os impactos ambientais diretos ultrapassarem o limite territorial municipal, encaminhar o empreendedor ao órgão ou entidade competente, conforme disposto na Lei Complementar Federal nº 140, de 2011;

d) publicar em Diário Oficial e disponibilizar, no órgão competente, em local de fácil acesso ao público, listagens e relações contendo os dados referentes aos assuntos previstos no art. 4º da Lei Federal nº 10.650, de 16 de abril de 2003 e divulgar em sítio eletrônico as informações referentes à autorizações emitidas;

e) encaminhar anualmente à SEMAD e ao IEF relatório das atividades desenvolvidas em razão deste convênio, em suas respectivas áreas de atuação, para fins de auditoria, observada a Resolução Semad nº 2.531, de 2017 (ou outra que vier substituí-la);

f) encaminhar à SEMAD e ao IEF, sempre que solicitado, informações complementares relacionadas ao objeto deste convênio para acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito deste convênio no prazo fixado;

g) manter e atualizar junto à SEMAD e ao IEF durante toda a vigência deste convênio, todos os requisitos de habilitação e qualificação necessárias ao cumprimento do objeto previsto na cláusula primeira, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e, informar previamente qualquer alteração que interfira na sua competência técnica;

- h) solicitar manifestação do órgão gestor, no âmbito do licenciamento de atividades e empreendimentos que possam afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, previamente à concessão da licença, nos termos da Resolução CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010;
- i) cumprir e fazer cumprir que, nos casos de atividades e empreendimentos considerados como causadores de significativo impacto ambiental com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor firme Termo de Compromisso de Compensação Ambiental junto ao Instituto Estadual de Florestas – IEF, em observância às normas federais e estaduais em vigor sobre a compensação ambiental, especialmente as previstas na Lei Federal nº 9.985, de 2000, e no Decreto nº 45.175, de 17 de setembro de 2009;
- j) exigir a elaboração e cumprimento dos Programas de Educação Ambiental nos processos de licenciamento, conforme a Deliberação Normativa nº 214, de 26 de abril de 2017.
- k) não autorizar ou licenciar atividades e empreendimentos quando o requerente for o próprio órgão licenciador (Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou outra a que o Departamento de Meio Ambiente esteja vinculado);
- l) encaminhar mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente, à SEMAD, a relação dos limites das atividades e empreendimentos licenciados, e ao IEF, a relação das autorizações emitidas em razão da cláusula primeira deste convênio, acompanhada dos polígonos das áreas autorizadas para supressão de vegetação nativa e os polígonos das áreas de compensação florestal aprovados pelo município, para lançamento na base de dados IDE - Sisema, conforme especificação técnica instituída pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.684, 03 de setembro de 2018;
- m) cumprir e fazer cumprir a determinação de reposição florestal e de elaboração e implementação do Plano de Suprimento Sustentável às atividades e empreendimentos licenciados pelo MUNICÍPIO que industrializem, beneficiem, utilizem ou consumam produtos e/ou subprodutos florestais de origem nativa, nos termos das normas ambientais em vigor, em especial o Capítulo IV, da Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013;
- n) cumprir e fazer cumprir as normas federais e estaduais em vigor sobre utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, em especial a Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, e o Decreto Federal nº 6.660, de 21 de novembro de 2008, que definem o regime jurídico de conservação, proteção, regeneração e utilização deste Bioma, as hipóteses taxativas para corte, supressão e exploração da vegetação, bem como de espécimes arbóreos objeto de proteção especial (Leis Estaduais nºs 9.743/1988 e 10.883/1992), e de qualquer outra autorizada ambientalmente pelo Município;
- o) observar as medidas mitigadoras e compensatórias exigidas na Lei Federal n.º 11.428 de 2006 e no Decreto n.º 6.660 de 2008, na proporção de 2:1, as medidas compensatórias previstas na Lei nº 20.308 de 2012, e nas demais legislações específicas que prevejam a necessidade de compensação por supressão de vegetação, mediante aprovação das medidas mitigadoras e compensatórias pelo MUNICÍPIO e assinatura de Termo de Compromisso de Compensação Florestal assinado entre o MUNICÍPIO e o requerente da autorização, ou mediante recolhimento de compensação pecuniária na forma prevista na legislação específica;
- p) encaminhar para aprovação da Câmara de Proteção da Biodiversidade – CPB do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam, a compensação ambiental de que trata a Lei Federal nº 11.428, de 2006, referente aos processos de intervenção ambiental em que a compensação for destinada a Unidade de Conservação de domínio público conforme inciso XIV do art. 13 do Decreto 46.953 de 23 de fevereiro de 2016;

- q) requerer as devidas anuências aos órgãos ambientais federais, nos termos da legislação aplicável, em especial a Instrução Normativa IBAMA nº 09 de 2019.
- r) cumprir e fazer cumprir que, nos casos de atividades empreendimento mineral que dependa de supressão de vegetação nativa, que o empreendedor firme Termo de Compromisso de Compensação Ambiental junto ao Instituto Estadual de Florestas – IEF, em observância ao art. 75 da Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013;
- s) solicitar do empreendedor comprovante de pagamento da Taxa Florestal, por meio de Documento de Arrecadação Estadual – DAE, em todos os processos em que haja a caracterização do fato gerador desse tributo, conforme a Lei nº 4.747, de 9 de maio de 1968, e o Decreto nº. 47.580, 28 de dezembro de 2018;
- t) solicitar ao IEF o lançamento dos saldos de rendimento lenhoso das autorizações para intervenção ambiental concedidas pelo município em sistema de controle de origem de produtos florestais até a implantação do módulo do Documento de Origem Florestal – DOF;
- u) apoiar técnica e administrativamente o IEF nas ações de cadastro e análise do Cadastro Ambiental Rural – CAR e do Plano de Regularização Ambiental – PRA;
- v) apoiar técnica e administrativamente os empreendedores municipais, seja de imóveis urbanos ou rurais, no preenchimento do cadastro de empreendimentos e projetos no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – SINAFLOR;
- w) respeitar as normas de cadastro e registro junto ao IEF e cadastro técnico federal junto ao IBAMA, quando couber;

6. CLÁUSULA SEXTA –DOS CUSTOS DO LICENCIAMENTO E AUTORIZAÇÃO AMBIENTAIS

O MUNICÍPIO será ressarcido pelo empreendedor, respeitada a legislação aplicável, pelos custos de análise e vistoria dos pedidos de licença e autorização ambientais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

7.1. O MUNICÍPIO responderá civil, penal e administrativamente por quaisquer danos que, por sua ação ou omissão, no âmbito deste convênio, venham a ser causados ao meio ambiente ou a terceiros; e

7.2. Na hipótese de ocorrer a situação prevista no item anterior, independente da ação dos órgãos de polícia e ministeriais, a SEMAD e o IEF apurarão e avaliarão as responsabilidades do MUNICÍPIO mediante instauração do devido processo administrativo, podendo rescindir o presente convênio.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

8.1. O presente convênio poderá ser aditado, respeitada a legislação pertinente, quando necessário, para promover sua adequação ao cumprimento de seu objeto

8.2. As partes promoverão a adequação das cláusulas do presente convênio à legislação superveniente, sempre que necessário e mediante celebração de termo aditivo; e

8.3. Compete às partes o cumprimento da legislação posterior à celebração deste convênio naquilo que lhe for aplicável.

9. CLÁUSULA NOVA – DA DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO

9.1. O presente convênio poderá ser denunciado a qualquer momento por qualquer das partes, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias;

9.2. O presente convênio poderá ser rescindido a qualquer momento em virtude do descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou das disposições legais;

9.3. Na hipótese de rescisão, o MUNICÍPIO deverá encaminhar, no prazo fixado pela SEMAD e pelo IEF, os processos de licenciamento ou de autorização de intervenção ambiental em andamento que se enquadram no escopo da delegação, na forma em que se encontram, isto é, independente de fase (LP, LI ou LO) ou da modalidade e ainda que sem decisão administrativa irrecorrível, aos órgãos ambientais estaduais competentes, que darão continuidade à regularização, fiscalização e controle ambiental; e

9.3.1. Nos casos previstos no item 9.3 o Estado cobrará os custos necessários para análise dos processos recebidos conforme normativa vigente.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA**

O presente convênio é celebrado por prazo indeterminado, conforme art. 5º, *caput*, do Decreto nº 46.937, de 2016, e art. 4º, §1º, da Lei Complementar Federal nº 140, de 2011.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. A partir da publicação deste convênio, a atuação da SEMAD e do IEF no âmbito das ações administrativas ora delegadas se dará de forma subsidiária, podendo auxiliar no desempenho das atribuições decorrentes das competências comuns, e de forma supletiva, se ocorrer o descumprimento do convênio, na forma prevista na cláusula nona;

11.1.1. Não será aceita a formalização de novos processos de licenciamento ambiental ou autorização para intervenção ambiental nos órgãos ambientais estaduais após a publicação deste convênio;

11.2. Os processos administrativos de licenciamento ambiental e de autorização de intervenção ambiental em trâmite na data da publicação deste convênio e abrangidos pela cláusula segunda serão concluídos pelos órgãos ambientais estaduais competentes e encaminhados ao MUNICÍPIO para a execução das ações de controle e fiscalização, devendo o ente delegatário observar os termos desse convênio e a legislação em vigor;

11.2.1. Se solicitado pelo administrado, neste caso o próprio empreendedor, o processo administrativo em trâmite no órgão ambiental estadual poderá ser encaminhado ao MUNICÍPIO, que regulamentará os custos de análise nestes casos, sem prejuízo dos custos de análise devidos ao órgão ambiental estadual nos termos da legislação e/ou orientação aplicável; e

11.3. A SEMAD e o IEF poderão avocar para si, de ofício ou mediante provocação dos órgãos e entidades vinculadas ao Sisema, a competência que tenha delegado ao município conveniado para promover o licenciamento ambiental de atividade ou empreendimento efetiva ou potencialmente poluidores ou de autorização de intervenção ambiental.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

Compete à SEMAD e/ou ao IEF a publicação do extrato deste convênio na imprensa oficial, como condição de eficácia, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos oriundos da execução do presente convênio serão resolvidos pelas partes, mediante celebração de termo aditivo.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

Para dirimir questões eventualmente oriundas do presente convênio, fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte / MG, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo de Convênio.

Belo Horizonte, 25 de novembro de 2019.

Germano Luiz Gomes Vieira
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD

Antônio Augusto Melo Malard
Diretor Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF

Paulo Piau Nogueira
Prefeito Municipal de Uberaba/MG



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Augusto Melo Malard, Diretor-Geral**, em 25/11/2019, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Germano Luiz Gomes Vieira, Secretário**, em 25/11/2019, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO PIAU NOGUEIRA, Prefeito Municipal**, em 02/12/2019, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9392490** e o código CRC **D5B30353**.